O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E O GOVERNO DILMA

Clodoaldo Anderson Ribeiro (PIBIC/Fundação Araucária/UEPG), Luiz Philippe dos Santos Ramos (Orientador), e-mail: luiz.sr@hotmail.com.

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Economia.

Ciências sociais aplicadas, economia monetária e fiscal

Palavras-chave: gasto público, desenvolvimento, política econômica.

Resumo

Essa pesquisa teve por objetivo investigar a adesão da política econômica do governo de Dilma Rousseff (2011-2016) a estratégia novo-desenvolvimentista. Investigando as raízes teóricas da corrente, suas aplicações e comparando com o chamado "velho desenvolvimentismo". Se observa os aspectos da implementação da chamada Nova Matriz Econômica (NME) no que diz respeito a taxa de juros e ao gasto público. A conclusão central é que os governos do PT já vinham intervindo na economia tendo como objetivo elevar os níveis de crescimento pelo menos desde 2006 e o governo Dilma I deu continuidade a essa estratégia ao implantar a NME.

Introdução

Depois de cerca de 15 anos de inflação crônica muito acima da média brasileira, o país logrou estabilizar sua economia com o Plano Real em 1994. A crise de inflação descontrolada coincidiu com a queda nas taxas de crescimento do PIB para níveis muito abaixo da média observada até o inicio dos anos 1980. Para muitos o controle da inflação traria de imediato a aceleração do crescimento e do desenvolvimento brasileiro. Porém, se o governo FHC teve êxito na estabilização, o mesmo não pode ser dito sobre as taxas de crescimento do PIB que continuaram aquém do desejado. Contemporaneamente surgia nos meios acadêmicos propostas para uma nova política de desenvolvimento que substituiria as atuais ações por outro conjunto afim de se criar condições favoráveis ao crescimento com estabilidade e distribuição de renda.

O presente trabalho se dedica a expor as alternativas sugeridas pelos novo-desenvolvimentistas e verificar o grau de adesão do governo de Dilma Rousseff a essa política com objetivo de classificar sua gestão como novo-desenvolvimentista ou não.

Materiais e Métodos

Análise e comparação de textos

Revisão de literatura”

Os novos desenvolvimentistas resgatam a centralidade do papel do Estado tanto como articulador de um projeto nacional de desenvolvimento quanto na atuação direta em preços chave da economia como a taxa de câmbio, a taxa de juros, a taxa de lucro a taxa de salários e a taxa de inflação. O câmbio tem centralidade para o desenvolvimento industrial pois devido às desigualdades de distribuição prévia de recursos humanos, materiais e tecnológicos, fica muito difícil competirem em condições de igualdade. Os outros quatro preços centrais são: a

taxa de lucro, a taxa de juros; a taxa de salários, inflação Bresser-Pereira (2016). Para o mesmo autor "o antigo desenvolvimentismo estava baseado no modelo de substituição de importações e, portanto, na proteção da conta comercial." Argumentava ainda que ao contrário do passado, os grandes protecionistas são os países desenvolvidos e que para o Brasil "interessa continuar a abrir sua conta comercial mas com reciprocidade para poder exportar" Bresser (2004).

Já Paula e Sicsú (2006) revisitam as raízes teóricas do "velho", que na sua definição eram baseada na escola cepalina onde se destacavam trabalhos de Celso Furtado e Raul Prebish que viam a industrialização como via para superar a miséria e conquistar a soberania política e econômica. Fonseca (2013) define desenvolvimentismo como um conjunto de práticas políticas e econômicas coerentes por parte do governo com o objetivo definido de industrializar. Na sua visão, os governos de 1930 a 1980. Nesta mesma linha Paula e Sicsú (2006) argumentam que a estratégia novo-desenvolvimentista se caracteriza por estar no caminho do meio ante à centralização da economia pelo Estado num extremo e a fragilização do Estado pelo mercado no outro. Para os autores, a estratégia alternativa pode ser agregada em quatro grandes princípios/enunciados:

Tendo por base o diagnóstico de que o novo modelo se baseia na abertura da conta comercial, na exportação de produtos manufaturados e no fortalecimento da indústria, Bresser dedica grande parte da sua produção acadêmica recente na defesa de uma taxa de câmbio competitiva para indústria. Essa taxa seria mais desvalorizada e garantiria aos demais setores vantagem competitiva no comércio internacional. É importante lembrar que não é o setor primário antagonista dessa estratégia pois se ele é competitivo e rentável a uma taxa de câmbio valorizada, será ainda mais rentável e competitivo na vigência da taxa de câmbio de equilíbrio industrial.

Resultados e Discussão

Para melhor compreender o governo Dilma é necessário recuar no tempo e estudar a inflexão ocorrida por volta de 2006 no governo Lula. Barbosa (2010) descreve que a opção do governos do PT (2003-2016) elo desenvolvimentismo ficou claro no começo de 2006 quando a disputa entre a ala mais neoliberal agrupada na equipe do ministério da fazenda na gestão Palocci foi substituída após a queda do mesmo como ministro. Houve no final de 2005 forte debate interno que se tornou público sobre a viabilidade ou não de se adotar uma meta de superávit primário de longo prazo. O governo Dilma, como o governo anterior, não foi homogêneo na política econômica mas também não seguiu uma linha de evolução clara como o governo Lula que partiu de uma linha mais ortodoxa para uma linha mais heterodoxa. Ao contrario, a gestão Dilma começou 2011 com forte ajuste fiscal ampliando o superávit primário, cortando investimentos e limitando a expansão das despesas. Ao lado da política fiscal, a política monetária seguiu ampliando a meta da taxa SELIC que chegou a 12,5% a.a. em julho daquele ano.

A segunda fase do governo Dilma ficou conhecida pelo período onde vigorou a Nova Matriz Econômica (NME), expressão cunhada pelo então secretário de política econômica do ministério da fazenda Márcio Holland. Além da gestão da política monetária, o período foi marcado por uma serie de medidas de cunho fiscal como subsídios e uma agenda de intervenção microeconômica em diversos preços chave como as tarifas de energia que foram fortemente baixadas no começo de 2012. é interessante notar que Essas ações faziam parte da chamada agenda FIESP apresentadas ao governo no começo de 2011. Segundo Singer (2015)

grande parte da política intervencionista adotada pelo governo Dilma durante a vigência da NME deve-se ao desejo de atender as demandas do setor produtivo em especial a industria. Para o autor o governo Dilma ao adotar a NME aderiu na prática a agenda acordada entre a CUT e a FIESP que politicamente simbolizam um acordo entre trabalho e economia produtiva em detrimento do capital financeiro.

Dentre as reivindicações do setor estavam a baixa no custo de energia, programa para aumentar o conteúdo nacional na manufaturas produzidas aqui por empresas estrangeiras e principalmente a baixa no patamar das taxas básicas de juros. Essas propostas foram acatadas em parte pelo governo e condensadas no Plano Brasil além da "guerra dos *spreads"* quando o governo colocou os bancos públicos para pressionar a baixa da diferença de juros pagas na tomada da captação de recursos e na concessão de empréstimos (Bastos, 2017)

No âmbito dos gastos discricionários nota-se que a união conseguiu manter estável o gasto com funcionalismo porém, o mesmo não ocorreu com os outros entes da federação já que o pela ótica do governo geral essa rubrica teve salto expressivo. O ajuste de 2015 teve como principais objetivos recuperar a confiança do mercado financeiro, recompor o superávit primário e corrigir as tarifas públicas que se encontravam defasadas naquele período. Algumas medidas de ajuste estrutural como a limitação de acesso ao seguro-desemprego e a pensão por morte já foram discutidas e enviadas ao congresso ainda em 2014. As demais medidas foram tomadas em 2015 sob fogo serrado do acirramento da disputa política.

Conclusões

O Lula foi beneficiado por um cenário externo favorável, situação diferente do governo Dilma pois vivia-se a segunda fase da crise financeira de 2008. Em certa medida é possível identificar nas ações do governo Dilma o objetivo de continuar colhendo os bons resultados do antecessor num ambiente já desfavorável. A ampliação de investimentos nos programas sociais, a busca pelo pleno emprego e o crescimento do consumo das famílias são na prática continuidade das políticas adotadas desde 2004. Pode-se afirmar que o governo Dilma procurou intervir na economia buscando taxas mais elevadas de crescimento com desenvolvimento social. Manteve o gasto social não obrigatório em crescimento, promoveu uma leve e controlada desvalorização cambial. Mesmo não obtendo sucesso na elevação no ritmo de crescimento do PIB, seu governo registrou até finais de 2014 as menores taxas de desemprego de toda a série histórica na metodologia adotada até então pelo IBGE para medir o desemprego. Se a taxa de investimento privado caiu no período, também é verdade que o consumo das famílias se manteve crescendo sempre acima do PIB.(Gobetti & Orair, 2015)

Esses resultados apontam para a importância do fator político na política econômica traduzidos por boa coordenação de expectativas tanto dos consumidores, empresários e mercado financeiro. Porém, se abre aqui uma lacuna de conhecimento que motiva futura continuidade da pesquisa. Outro elemento de futuras pesquisas é o papel da política monetária e cambial como um todo no período, a "cruzada contra os *spreads***"**, a tolerância com a inflação no limite superior da meta e a desvalorização cambial lenta até 2014. Há também a necessidade de se explorar com mais rigor a eficiência da política cambial adotada no período como a política de incentivos fiscais e desonerações.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente a meu orientador, professor Dr. Luiz Philippe dos Santos Ramos, ao amigo Carlos Eduardo Carneiro Struminski que me incentivou a me candidatar ao programa de iniciação cientifica. E por fim, agradeço também ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica (PIBIC) da UEPG pelo fomento financeiro, sem o qual não teria sido possível dedicar tempo para realizar esse trabalho.

Referências

BASTOS, P. P. Z.. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. ECONOMIA E SOCIEDADE (UNICAMP. IMPRESSO), v. 21, p. 779-810, 2012.

BARBOSA-FILHO, NELSON H.; SOUZA, J. A. P. . A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: Emir Sader, Marco Aurélio Garcia. (Org.). Brasil entre o passado e o futuro. 1ed.Sao Paulo: Boitempo, 2010, v. 1, p. 60-90.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. O Novo Desenvolvimentismo. Folha de São Paulo, São Paulo, 19 set. 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. Bresser-Pereira explica porque o Brasil parou de crescer, [Abril, 2016], São Paulo. FECOMERCIO SP. Duração 55 min. programa Um Brasil entrevista. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=sDbh_33Kh4A>. Acessado em 4 de abril de 2016.

FONSECA, P. C. D.; André Moreira Cunha ; BICHARA, J. . O Brasil na Era Lula: Retorno ao Desenvolvimentismo?. Nova Economia (UFMG. Impresso), v. 23, p. 403-428, 2013.

GOBETTI, S. W.; ORAIR, R. O. . Política Fiscal em Perspectiva: o Ciclo de 16 anos (1999-2014). Revista de Economia Contemporânea (Impresso), v. 19, p. 417-447-447, 2015.

SICSÚ, João; PAULA, L. F. R. ; MICHEL, R. . Por que Novo-desenvolvimentismo?. Revista de Economia Política, v. x, p. no prelo-prelo, 2006.

SINGER, ANDRÉ. Cutucando onças com varas curtas. Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 102, p. 43-71-71, 2015.

País mudou sua matriz econômica, diz Holland. Entrevista ao jornal Valor Econômico em 17 de dezembro de 2012. Disponível em <https://www.valor.com.br/brasil/2942048/pais-mudou-sua-matriz-economica-diz-holland> acessado em 25 de agosto de 2018.